

Ata nº5

Reunião de Trabalho da Comissão de Coesão Social e Saúde da Assembleia Municipal de Viana do Castelo

Ao vigésimo terceiro dia, do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas e trinta minutos reuniu no Salão Nobre da Câmara Municipal, a Comissão de Coesão Social e Saúde da Assembleia Municipal de Viana do Castelo com vista à apreciação e discussão da seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Análise do Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social de Viana do Castelo (1ª fase do Radar Social)-----

Ponto dois – Outros assuntos.-----

O coordenador da comissão, António Lima deu início à reunião, agradecendo a presença da Presidente da Assembleia Municipal, Flora Passos Silva, da Vereadora Carlota Borges, lembrando aos deputados presentes, Elisa Ruivo e Sandra Alves (PS), Luís Videira (JSPV), Filipe Pires (CDS/PP) e Paulo Orfão (PSD), que a mesma seria conduzida de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal, em vigor. -----

Ponto um – Carlota Borges, realçou a metodologia utilizada para elaboração do “Diagnóstico e Planeamento Social do Concelho de Viana do Castelo”, elaborado pela Divisão de Coesão Social em colaboração com diversos parceiros da Rede Social. Reforçou o empenho e dedicação da equipa na sua elaboração, tendo em conta o tempo disponibilizado para a sua realização e a dificuldade em reunir todos os dados necessários para a sua elaboração. -----

Para o “Diagnóstico Social do Concelho de Viana do Castelo” foram consultadas as estatísticas oficiais, promovidas reuniões de cinco grupos de trabalho e promovidos inquéritos. Este documento resulta, assim, dos contributos recolhidos junto dos diversos parceiros locais que

foram mobilizados para este processo, complementados pela análise de fontes oficiais como o Instituto Nacional de Estatística, os Censos, e outros órgãos da administração pública, bem como de documentos internos fornecidos pelos diferentes serviços do Município e por parceiros.-----

É objetivo do Diagnóstico Social a identificação dos problemas sociais do concelho nas mais diversas áreas, com vista à definição da estratégia social do concelho e das prioridades de intervenção. Ou seja, este diagnóstico reúne toda a informação que permita obter o conhecimento da realidade do Município, determinando os problemas, necessidades e, conseqüentemente, as causas para a definição de um plano de intervenção, devidamente participado e integrado, assente numa base de compromisso e de corresponsabilização de todos os parceiros.-----

O “Diagnóstico Social” identificou como áreas prioritárias: Saúde e Qualidade de Vida, Famílias e Comunidade, Infância e Juventude, Setor Social e Inovação e inclui um Plano de Desenvolvimento Social. -----

O Plano de Desenvolvimento Social desempenha um papel crucial ao promover a implementação e operacionalização de projetos de intervenção social no concelho, baseando-se na congregação de esforços e na gestão eficiente dos recursos e competências das organizações locais. Os projetos locais, delineados no âmbito deste plano, constituem-se como respostas estruturadas e estratégicas que visam enfrentar os desafios e problemas sociais identificados no Diagnóstico Social, permitindo a harmonização e coordenação das intervenções a serem executadas. -----

O plano terá vigência para o período de 2025-2027, sendo, contudo, um instrumento de ação dinâmico, em virtude das constantes transformações da realidade social, prevendo-se a realização de adaptações e atualizações sempre que tal se revele necessário, de modo a

cr
M.

assegurar que as ações propostas mantenham a sua relevância e eficácia perante os desafios emergentes.-----

Carlota Borges, referiu que os documentos em questão serão enviados a todos os elementos da comissão assim como apresentados publicamente no dia doze de novembro de dois mil e vinte e quatro, pelas dezasseis horas em local ainda a designar.-----

No geral todos os presentes felicitaram o município pelo trabalho realizado, priorizando o deputado Jorge Videira a atuação junto das pessoas em situação de sem abrigo. -----

Segundo Ponto – Foi aberto um período de discussão para outros assuntos, durante o qual foi discutida o assunto apresentado pelo deputado no que diz respeito à situação das pessoas em situação sem abrigo, que apresentam doença mental descompensada ou não residentes no concelho. Carlota Borges, referiu que a Divisão Social possui um balcão de atendimento e acompanhamento destes casos, para onde deverão ser encaminhados todos os casos. No entanto no caso de indivíduos com acompanhamento em outros concelhos, o mesmo é encaminhado para o local onde iniciou o processo, de forma a não duplicar ou interferir no trabalho já realizado. O município não possui competência na área do tratamento da doença mental, pelo que os indivíduos com diagnóstico de doença mental são encaminhados para a ULSAM. -----

A Presidente da Assembleia Municipal, Flora Silva questionou sobre a existência de dados sobre a taxa de sucesso na atuação junto destes munícipes. -----

Carlota Borges, referiu que existe uma boa taxa de sucesso, uma vez que a maioria dos munícipes acompanhados pela equipa técnica ocupam de forma temporária a Unidade de Pernoita, sendo regularmente encaminhados para associações locais, unidades de convalescença. Dentro da temática, convidou os elementos da Comissão a visitar a Unidade

Temporária de Pernoita para pessoas em situação de sem abrigo, situada no Campo da Sra. da Agonia, no dia sete de novembro, pelas dez horas, juntamente com equipa técnica. -----

E, nada mais havendo a tratar, o coordenador da comissão declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata. -----

Roberto Silva

Ana Ruvo